

XIV Congresso Brasileiro de Sociologia

**Grupo de Trabalho:
Pensamento Social no Brasil**

**Insolidarismo e autoritarismo em Oliveira Vianna: uma
reinterpretação**

Autores:

Antonio da Silveira Brasil Junior (PPGSA / IFCS / UFRJ)

Maurício Hoelz Veiga Júnior (PPGSA / IFCS / UFRJ)

“É preciso sentir, por vezes, que um autor e uma obra podem ser e não ser alguma coisa,
sendo duas coisas opostas simultaneamente”
(Candido, 2006: 32)

Como disse Gabriel Cohn a respeito de Florestan Fernandes, “a tensão própria do intelectual produtivo deve estar *dentro* da sua obra”, afinal, “não se separam a contradição do homem e a tranqüilidade remansosa da obra bem raciocinada: no interior da obra deve estar a tensão produtiva” (Cohn, 1987, p. 49). Poderíamos fazer das palavras dele, nossas, mudando apenas o referente: de Florestan para Oliveira Vianna. O objetivo deste paper não é outro, senão identificar as tensões produtivas internas à obra de Oliveira Vianna, conectando-as, de maneira apenas indicativa, às tensões mais amplas que animavam a vida intelectual e política na passagem dos anos 1910 para os anos 1920. Seu ponto de partida é dado pela recorrência de leituras e interpretações de sua obra que, em face das ambigüidades que se lhes surpreendem, tem empreendido recursivas tentativas de lhe dar coerência. Trata-se, no presente esforço, de avançar na contra-corrente. Identificando as ambigüidades constitutivas do pensamento de Vianna e mostrando como elas se “cristalizam” na escrita de *Populações Meridionais do Brasil* – pronto desde 1918, mas publicado em 1920 –, buscaremos, a contrapelo de parte da fortuna crítica e da própria auto-imagem forjada pelo sociólogo fluminense, problematizar as visões de sua obra como uma unidade estável e coerente.

Em geral, a fortuna crítica de Oliveira Vianna operou com dois procedimentos: o primeiro, a identificação de uma série de ambigüidades na produção intelectual do Autor, traduzidos em termos como “enigma” (Werneck Vianna, 1993), “duas cabeças” (Carvalho, 2002), “conservadorismo progressista” (Howes, 1975), dentre outros; o segundo, uma tentativa de tornar estas ambigüidades minimamente inteligíveis justamente através de sua total ou parcial eliminação. A proposta deste trabalho é, através de uma leitura prospectiva, possibilitada pelo acesso aos textos de Oliveira Vianna das décadas de 1900-1910 – um material ainda pouco explorado –, dar conta do caminho através do qual as questões levantadas em *Populações* foram sendo paulatinamente costuradas pelo Autor. Neste particular, algumas dimensões já ressaltadas pelos intérpretes da obra, como o desnível entre a primeira e a segunda parte do livro ou os diferentes lugares explicativos ocupados pela questão racial, social ou institucional, por exemplo,

podem ganhar novos eixos interpretativos. Além disto, sugerimos que, na escritura de *Populações*, os distintos níveis de análise, os diferentes móveis explicativos e as contrastantes posturas normativas perceptíveis na sua heterogênea produção dos anos 1910 não se juntam para formar uma argumentação estável, mas deságuam num livro repleto de tensões e ambigüidades internas.

Numa visada mais geral, percebemos que, no âmbito dos artigos aqui selecionados, “Policultura regional” (1909), “A América em Haya” (1909), “Democracia e solidariedade” (1910) e “O neo-monroismo e a teoria antropológica de Lapouge” (1912), Oliveira Vianna não apenas varia no nível de análise – regional, nacional e civilizacional – como no conjunto de questões abordadas, que vão desde a incapacidade de auto-organização dos fluminenses até o debate sobre o pan-americanismo e o destino dos valores anglo-saxões na América Latina. Variações que também se replicam nos móveis explicativos, que podem ser tanto estritamente “sociais”, como no caso do texto “Democracia e solidariedade”, quanto marcadamente “raciais” ou “psicológicos”, presentes sobretudo em “O neo-monroismo e a teoria antropológica de Lapouge”. Os outros materiais também mobilizados dão conta de uma certa variação de perspectivas no horizonte normativo do Autor: na marginalia de alguns livros citados por Oliveira Vianna em *Populações*, por exemplo, encontra-se em seus apontamentos uma clara adesão aos valores anglo-saxões, sobretudo o estímulo ao *self-government* e à iniciativa privada (já perceptíveis também em “Democracia e solidariedade”). Já na correspondência particular entre Oliveira Vianna e Alberto Torres (que se inicia em 1913), pode-se acompanhar o progressivo convencimento do primeiro a respeito das propostas do último, notadamente a idéia de um *Poder Coordenador* e de sua importância para a centralização do poder no Brasil.

Na armação de *Populações*, o que faz Oliveira Vianna é juntar estes diversos pontos que se encontravam aparentemente dispersos entre si e conectá-los numa reflexão sistemática sobre a formação histórica do país, hierarquizando os diferentes níveis de análise (através do prisma do grupo centro-meridional), as diferentes maneiras de explicar (a perspectiva “racialista” concentrando-se num primeiro momento e a “sociológica” pela metade do livro, com a discussão sobre o prognóstico no final), as contrastantes maneiras de se julgar os atores históricos (o elogio à “aristocracia territorial” e à expansão bandeirante seguido de sua crítica na segunda metade do livro), e as diferentes maneiras de se encaminhar um

prognóstico para o país. Esperamos sugerir que o material aqui selecionado e interpretado possa favorecer uma compreensão mais concreta e matizada a respeito destes “desníveis” ou “ambigüidades” presentes em *Populações*, evitando incorrer nos riscos de uma leitura retrospectiva que termina por justamente retirar o aspecto problemático destas “ambigüidades”. Nesta comunicação, buscaremos, através da recuperação de alguns materiais das décadas de 1900-1910, perceber de que modo Oliveira Vianna realizou a sua travessia política em direção a uma perspectiva antiliberal – passagem comum aos intelectuais de sua geração –, marcando, no entanto, as especificidades e as tensões que a mesma operou na escrita de *Populações Meridionais do Brasil*.

*

O tema da solidariedade social, em suas diversas modulações, articula a reflexão de Vianna de ponta a ponta - como confirmam alguns artigos pouco explorados publicados durante sua juventude que mobilizaremos a seguir - e por isto mesmo, sugerimos, ele oferece uma via analítica fecunda para dar conta da obra em suas diferenciações e tensionamentos internos, bem como em sua evolução contingente. Em artigo de 1909, intitulado “Polycultura regional” e publicado em *O Estado*, Oliveira Vianna proclama-se contra a implantação do regime de policultura no país, posto que esta seria contrária à própria evolução social, expressa na especialização das funções e na diferenciação do trabalho social. Mais ainda, ao ensejar o separatismo econômico interno, ela estimularia por consequência o separatismo das províncias, desarticulando a *nação*. Em outros termos, a policultura mortificaria a solidariedade nacional. Deste modo, o artigo prefigura, por assim dizer, duas preocupações fundamentais, uma no plano do diagnóstico, outra no plano do prognóstico. Em relação à sua interpretação da sociedade brasileira, o autor já coloca em movimento as suas leituras da chamada Escola Sociológica de Le Play – sobretudo a reelaboração feita por H. de Tourville – e suas proposições de que o tipo de cultura agrícola e o tamanho das propriedades afetam decisivamente o conjunto das relações sociais. Como será visto mais adiante, em *Populações Meridionais do Brasil* Oliveira Vianna encontrará no latifúndio e em seus efeitos sobre a estrutura social a principal chave explicativa para o “insolidarismo”. Já no plano do prognóstico, o Autor assinala o risco político da policultura, pois, seguindo a “escola” de Le Play, a diferenciação nas formas de produção agrícola encetaria

igualmente uma diferenciação no ambiente social das regiões, tornando o conjunto da sociedade heterogêneo.

Em outro artigo do mesmo ano, “A America em Haya”, publicado em *A Capital*, o tema da solidariedade reaparece, desta vez tendo como referente, não a sociedade nacional, mas a “América Latina”, nos termos do Autor. Comentando a ocorrência do Congresso Pan-Americano, Oliveira Vianna afirma que este teria “transfigurado miraculosamente a internacional incoerência, a inconexão continental que era a América, numa homogeneidade viva, integral e temerosa de nações”: “lançara por esta maneira o novo mundo ao velho um repto tranqüilo e majestoso por uma nova política internacional – a política dos continentes” (Vianna, 1909, s/p). Aspirando à representação equitativa no Tribunal Permanente de Arbitragem, “levantaram em admirável unanimidade as repúblicas latino-americanas o grande protesto de 1906 no Congresso Pan-Americano, e agora nobre e varonilmente o reeditam em Haia”. Dito de outra forma, Oliveira Vianna propugna que a América Latina foi capaz de se solidarizar a fim de reivindicar igualdade de direitos internacionais. Em que pese a presença de variantes do tema da solidariedade nestes dois artigos, neles o mesmo não incide centralmente sobre os limites crônicos da ação coletiva na sociedade brasileira.

Neste particular, em 1910, Oliveira Vianna publica, no jornal *Vassourense*, artigo chamado “Democracia e solidariedade (Estado do Rio)”. Aqui, o Autor coloca uma série de questões muito significativas que receberiam tratamento sistemático e desdobramentos analíticos mais consistentes posteriormente. Como sinaliza o próprio título, a recém-implantação do regime republicano e a capacidade de livre associação estão em tela. Esta fornece a chave de análise daquela. Comparando os efeitos diferenciados operados pelo regime de descentralização federativa nos diferentes estados do país, Oliveira Vianna antecipa a tese da ausência de uma unidade nacional na sociedade brasileira. A implantação do regime federativo republicano, “desvelará” a flagrante heterogeneidade que se esconde sob a aparente identidade e homogeneidade de nossa nacionalidade:

Com a federação, e a República, a nossa nacionalidade, que, vista de fora, superficialmente, dir-se-ia homogênea e idêntica, revelou a sua intensa heterogeneidade. Ao invés de uma pátria una e uniforme, com uma só raça, uma só índole, um só espírito, uma só mentalidade, viu-se, ao contrário, com surpresa, que o que havia, debaixo daquela aparência de uniformidade, era uma pluralidade de grupos regionais,

cada qual possuindo a sua sensibilidade específica e original. A maneira por que reagiram às solicitações da autonomia local, em que os investimos em 89, foi, por isso, consideravelmente diferente em cada núcleo (Vianna, 1910, p.1).

Uma vez que cada estado reagiu de modo distinto às solicitações de autonomia local, é justamente este “trabalho de adaptação ao novo regime”, que revelará “a idiossincrasia local, o regionalismo, a diferenciação particularista de cada um dos núcleos” (Vianna, 1910, p. 1). Assim, sucede que “se o extremo norte cresceu desordenadamente [...] - do Maranhão ao Espírito Santo, na corda vastíssima dos litorais, a regressão foi patente, e inegável a decadência [...] Nós, os fluminenses, estamos neste caso. Há vinte anos que tateamos na confusão e na desordem” (Ibidem). Esta “inegável decadência” que assola a “corda vastíssima dos litorais”, alcançando inclusive o Estado do Rio de Janeiro, deve-se, segundo o Autor, à “nossa nenhuma capacidade de iniciativa individual” (Ibidem). A gravidade da nossa situação deriva, acrescenta o Autor, “da nossa imprevidencia já proverbial, da nossa indolente esperança na ação providencial dos governos, do nosso ‘estatismo’” (Ibidem). Argumenta o autor, em contraponto com a falta de iniciativa particular característica da sociedade fluminense, que “em condições iguais à nossa, desses males se presumiu São Paulo, com vantagem admirável, pela ação da iniciativa e da previdência particulares, mais do que pela ação dos governos” (Ibidem)¹. Para o Autor, também em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul tal tendência de organização da iniciativa particular começaria a se delinear.

Uma leitura deste artigo em chave comparativa com *Populações* pode explicitar a continuidade do problema nele já identificado – isto é, o diagnóstico de “insolidarismo” – e, ao mesmo tempo, indicar o caráter não estável desta continuidade. Nesta direção, se podemos dizer que, neste artigo de 1910, há uma constatação do problema do insolidarismo por parte de Oliveira Vianna, porém ela não se faz acompanhar da articulação de um conjunto de hipóteses destinadas a explicá-lo, tampouco o diagnóstico se distribui uniformemente pelo território nacional,

¹ Já em artigo do ano anterior, intitulado “Instituto Geographico e Historico Fluminense” e publicado a 27/11/1909 no jornal “O Fluminense”, Vianna já indica o “insolidarismo” dos fluminenses, ao salientar a importância da fundação do Instituto Geográfico e Histórico, cuja falta “atestava a tradicional apatia do povo fluminense e justificava o epíteto de indiferentes”. A quase inexistência de dados geográficos e estatísticos no Rio - por oposição aos maravilhosos trabalhos monográficos de escritores paulistas - seria, para o Autor, uma das maiores dificuldades para a análise de certos fenômenos sociais e econômicos da região. Contrastando tal ausência com a riqueza dos mapas estatísticos e geográficos

não caracterizando a sociedade brasileira como um todo. A este respeito, o Autor sustenta que, ao contrário dos paulistas, mineiros e gaúchos, que teriam conseguido alcançar autonomia frente às iniciativas governamentais, para os fluminenses, “[...] o governo é-lhes mais que um tutor solícito; é-lhes uma sorte de divindade milagreira, possuindo simultaneamente os dons maravilhosos da ubiqüidade e da onisciência [...]” (Idem, p. 2). Completa Vianna: “[...] de nos salvar a nós mesmos, pelos nossos próprios esforços, nisto é que não temos pensado”, na medida em que “adaptamos a cômoda política de esperar dos governos centrais o milagre da salvação” (Ibidem). Em 1910, o único prognóstico possível para a correção da debilidade da solidariedade fluminense seria o estímulo à auto-organização privada – e não a centralização do governo, o que só reforçaria o “estatismo” e a falta de iniciativas autônomas. Para tanto, Vianna conclama os fluminenses à “[...] reabilitação cívica do seu povo, à formação no seu espírito de uma nova consciência de si mesmo, dos seus deveres, dos seus direitos, dos seus destinos na federação [...]”. O problema que se coloca neste momento, como se vê, não é tanto a organização federativa e a autonomia estadual (embora tal preocupação não esteja ausente à época, como mostra o artigo “Polycultura regional”), e sim a reação inerte dos fluminenses frente a ela. Nas palavras do Autor: “[...] a descentralização não alterou sequer um ápice à nossa velha mentalidade colonial: continuamos a ser, sob ela, o que sempre havíamos sido – pupilos seculares do poder central” (Ibidem). À mocidade do Estado do Rio de Janeiro caberia “resgatar, (...), pela ação, pela palavra, pela pena, (...) o apostolado da solidariedade e da iniciativa privada como únicas formas de salvação e renascimento nos regimes livres” (Ibidem).

Assim, se pensarmos no equacionamento do problema em termos das relações entre Estado e sociedade, observaremos que, se em *Populações* o Estado será explicado pela sociedade, em 1910 se dá o inverso. (O que invalida a hipótese de que o amorfismo da sociedade teria sido inventado por Vianna para legitimar o autoritarismo). É justamente o “estatismo”, a “dependência” dos particulares frente à ação do Estado o que explicaria a ausência de organizações sociais autônomas. Assim, o insolidarismo derivaria não propriamente da estrutura societária, mas, antes, numa perspectiva liberal, da tutela indefinida em relação ao governo. Um

de S. Paulo, Vianna afirma que os fluminenses “nada fazem para o progresso, para o trabalho, para a riqueza. Nada para as letras, para a Ciência, para a civilização”.

horizonte normativo liberal, portanto, em contraste gritante com o prognóstico centralizador e autoritário defendido ao fim de *Populações*.

Pesquisando-se as edições seguintes de *Vassourense*, mais dois artigos de Vianna saltam aos olhos. Estes dois artigos formam um *continuum*, sendo intitulados "O neo-monroismo e a teoria antropológica de Lapouge" e publicados, respectivamente, em maio e julho de 1912. O título se refere à leitura "lapougeana", feita por Vianna, das investidas do *imperialismo yankee* – o termo é dele – na América Latina. Neste caso, o quadro comparativo não é mais intra-nacional – como fora o caso do artigo anterior, que contrastava paulistas, mineiros, fluminenses, gaúchos, etc. – mas internacional, ou melhor, civilizacional. Trata-se de uma comparação entre as civilizações latinas e anglo-saxônicas, civilizações que se encontravam em confronto direto, cujas expressões eram "visíveis em Cuba e no Panamá, no México como na Venezuela" (Idem, 1912b). O Autor já abre o primeiro artigo adiantando o argumento de fundo, destacando que o que está em jogo é menos um conflito político do que uma luta de seleção natural ou biológica:

No ponto de vista da antropologia social, o neo-monroismo é um caso superior de seleção histórica. Uma raça forte, varonil e enérgica, perfeitamente provida das qualidades fundamentais da época presente, justifica doutrinariamente, pela voz de dois dos seus maiores representantes, o seu direito de supremacia sobre uma outra raça, brilhante, idealista, cavalheiresca, mas, por isso mesmo, mal adaptada às circunstâncias da vida contemporânea. Roosevelt e o capitão Mahan resumem, não unicamente uma aspiração política, mas também, e principalmente, processos de uma vasta seleção biológica, quando afirmam – aquele que "aos fortes, aos capazes, aos que reúnem possibilidades maiores de serem, ou tornarem a outrem, grandes e poderosos, pertence a hegemonia ou a direção da vida internacional"; e este, o direito das raças fortes à "expropriação das raças incompetentes" (Idem, 1912a).

A estes termos fortes se seguem outros de igual tom, como a idéia de que Roosevelt e Mahan "não ag[iriam] como diplomatas e estadistas" (Ibidem), mas desvendariam, "antes, aos olhos inexpertos, um tremendo desígnio da natureza a realizar-se no campo da história: – a eliminação das raças incapazes, a sua lenta substituição por outras mais resistentes, intrépidas e audazes" (Ibidem). Oliveira Vianna é taxativo em destacar que, dadas as condições e as qualidades requeridas pela vida contemporânea, os anglo-saxões estariam em situação de franca superioridade em relação os povos latinos em geral e latino-americanos em

particular. Não por acaso ele afirma que não vê "portanto, nada de imoral nas tendências espoliadoras e absorventes dos anglo-americanos. Achamos que a sua vitória, e sua hegemonia, a sua conquista é da mais estrita justiça natural" (Idem, 1912b). Afinal, pergunta-se: "Eles são os fortes, os capazes, os adaptados; logo, a eles o triunfo. Que há de condenável nisto?" (Ibidem).

Quais seriam as qualidades que tornariam superiores os anglo-saxões neste conflito civilizacional? Para Vianna, seriam as "qualidades do homem moderno, do homem forte do nosso tempo" (Ibidem), isto é, "a audácia, a iniciativa, a tenacidade, o senso prático e positivo das coisas, a predileção pelas profissões lucrativas, o hábito da cooperação, (...) o sentimento do lucro remoto" (Ibidem). E continua: "os saxões, homens de têmpera rija e disciplinada, homens de combate, homens de resistência, inigualáveis em capacidades de mando e organização, calmos, positivos e tenacíssimos" (Ibidem) seriam, deste modo, quando "referidos à civilização contemporânea, muito mais bem dotados que os latinos da Europa, e muito mais ainda que os latinos da América" (Ibidem).

Os latinos, por outro lado, como destaca o Autor, são "inteligentes, artistas, altamente imaginosos. Tem o instinto do belo e do ideal. São todos cavalheiros, generosos, bravos, heróicos, e, não raramente, sublimes e admiráveis" (Ibidem). Tais características, contudo, não obstante Vianna reconheça terem sido valiosas em tempos passados, não estariam adaptadas para as "urgências da vida contemporânea", isto é, não estariam aptas ao seu "industrialismo, ao seu comercialismo, ao seu materialismo, à sua positividade" (Ibidem). Como esclarece Vianna:

Quando, porém, a era tranqüila do industrialismo moderno chegou, com a ulha, com o vapor, com os barcos de hélice, com a locomotiva, com as máquinas e as grandes usinas fabris, o critério da superioridade dos homens se alterou profundamente, outras qualidades de caráter e de inteligência se tornaram necessárias aos lutadores para assegurarem, no tremendo combate, a sobrevivência no campo da zoologia e na história. Os anglo-saxões, mais do que nenhuma outra raça, estavam providos dessas qualidades peculiares a essa nova modalidade de luta. Entraram nela e venceram. São, hoje, os semeadores da civilização, os guias da humanidade, os diretores da história (Ibidem).

Os latino-americanos, entretanto, estariam igualmente se preparando para esta luta, mas à sua maneira, e não ao modo saxônio. Neste particular, Oliveira

Vianna polemiza longamente com o ensaísta uruguaio Enrique Rodó, que escrevera *Ariel* como uma espécie de libelo acerca das qualidades latino-americanas, em contraste ao "rude" materialismo dos americanos do norte. De acordo com Vianna, o pensador platino foi, "mais do que qualquer outro, o intérprete do pensamento e das esperanças de sua raça e do seu povo" (Idem, 1912a), esperanças remotas, no entanto, típicas do "fatalismo peculiar às raças fracas e incapazes" (Ibidem). "Ao invés da luta", critica Vianna, "da ação, da combatividade, a vaga expectativa, o pensamento profético, um apelo silencioso e expectante às forças invisíveis e misteriosas da natureza e da história..." (Ibidem).

Os argumentos de Rodó – e Vianna também cita Ugarte e Eduardo Prado – não seriam senão "simulações": uma "simulação de força, uma simulação de grandeza, uma simulação de superioridade – estrepitosa, retumbante e ingênua" (Ibidem). Este recurso à simulação, recurso típico "de defesa biológica pela existência", a ela apelariam "os indivíduos ou os grupos fracos e perseguidos: dissimulados sob certas aparências falsas e emprestadas, eles conseguem passar, por entre as agressivas hostilidades que os cercam, seguros, incólumes, intangíveis (Ibidem). Esta idéia de que estaríamos submetidos a idéias ilusórias e pré-concebidas sobre nós mesmos seria, alguns anos mais tarde, sob nova configuração, também trabalhada em *Populações*.

Qual seria, portanto, a saída aventada por Vianna? Por um lado, o Autor parece comemorar a idéia de que os povos latinos possam vir a ser vencidos pelos saxões nesta lua secular:

Dadas as admiráveis capacidades daquela raça no ponto de vista de disciplina social e organização política; dadas as suas poderosas capacidades morais de *self-help*, de *self-control* e de *self-government*, a sua instalação definitiva na América Central e na América do Sul seria uma garantia superior de ordem, de legalidade, de paz, de progresso constante e geral (Idem, 1912b).

Oliveira Vianna chega mesmo a dizer que, "além disso, a supremacia dos saxões sobre essas raças mestiçadas seria de um valor inestimável para a espécie humana, no ponto de vista da sua melhoria e perfeição" (Ibidem), posto que "haveria para a humanidade um aumento do seu valor qualificativo", isto é, "ela estaria apurada e elevada por conter em seu seio maior número de elementos eugênicos", por conter "maior quantidade de sangue de uma raça, a que a natureza parece haver reservado, no presente, o direito de triunfo na história e na vida" (Ibidem).

Entretanto, Vianna não se contenta com esta saída resignada. Embora diga que, julgando "com os dados positivos da ciência moderna, a lógica das cousas nos obriga a reconhecer que aos nossos adversários é que compete a vitória", Vianna vê uma única possibilidade dos latinos se prevenirem contra a vitória "segura e fatal" dos anglo-saxões. E esta possibilidade seria exatamente a negação dos valores e das instituições típicas do mundo latino e a adoção integral da "primitividade robusta" e do senso prático do mundo saxônio:

Um recurso único descobrimos capaz de nos garantir contra a derrota. É adaptarmo-nos integralmente ao espírito prático e positivo do mundo moderno, ao seu caráter essencialmente econômico e industrial. Para isto basta que resolvamos adquirir essas sólidas e belas qualidades de caráter, que fazem a força e a garantia dos nossos antagonistas, e ponhamos de lado essas ruidosas apologias das nossas capacidades artísticas e literárias, que tamanha confusão têm trazido à exata compreensão do nosso destino histórico (Ibidem).

Segundo estes artigos de jornal indicam, portanto, Oliveira Vianna sustenta, pelo menos até o final de 1912, uma atitude de franca admiração e adesão à cultura política anglo-saxônica, incluindo os seus móveis individualistas, industrialistas, de organização e de disciplina. Pelo menos neste momento, poderíamos dizer que, longe de ter um "coração ibérico", longe de elogiar as virtudes da vida rural e rústica, como assinalou José Murilo de Carvalho (1993), a utopia do Autor era que o mundo latino se convertesse ao "materialismo" e ao "senso prático" dos povos anglo-saxões.

Outros materiais também reforçam o fato do "jovem" Vianna apresentar uma atitude francamente favorável ao mundo anglo-saxão: as leituras dos autores da chamada escola sociológica de Le Play. Estes autores, em especial Henri de Tourville e Edmond Demolins, adotavam uma postura claramente favorável ao arranjo político e societário da sociedade inglesa e do mundo saxão em geral, e criticavam ostensivamente o "comunitarismo" de Estado ou de clã vigentes na sociedade francesa. Contrários à dependência da força particular a alguma entidade superior – seja a patronagem rural que alimenta sua clientela (atividade denominada por Demolins de *política alimentar*), seja a ação estatal –, estes autores viam no vigor da iniciativa privada – própria, portanto, dos povos *particularistas*, como os saxões – a razão do sucesso e do poderio da sociedade inglesa. Demolins, polemizando com o solidarista francês Léon Bourgeois, chega até mesmo a afirmar

que é a força da iniciativa particular em detrimento da ação comunitária o que garantiria a superioridade do Ocidente sobre o Oriente².

Segundo indicam as marcações de Oliveira Vianna na "marginália" destes livros, seu contato com esta literatura de corte sociológico e pró-Inglaterra ocorreu bastante cedo. *À quoi tient la supériorité des Anglo-saxons* – livro polêmico de Demolins em que faz ácida crítica da sociedade francesa e busca razões sociológicas para a superioridade inglesa, entre as quais enumera sua formação *particularista* e um sistema de ensino voltado para a vida prática – já estava em suas mãos em 23 de julho de 1908. *Histoire de la formation particulariste*, de Tourville, terminou de ser lido por Vianna, ao que indica sua marcação, em 30 de setembro de 1912, às 8 horas da noite. Este livro, aliás, parece ter exercido grande impressão em Oliveira Vianna, que chegou a transcrever, em sua folha de rosto, uma extensa passagem de um livro do historiador inglês James Anthony Froude, no original em inglês:

“Here was the house of a substantial, prosperous farmer. His nearest neighbour must have been twelve miles from him. He, his children, and farm-servants were the sole occupants of the valley. The saw-mills was theirs; the boats were theirs; their own hands (...) every thing that was wanted. They were their own carpenters, – smiths, (...) and glaziers; they sheared their own sheep, (...) and dyed their own wool, wove their own cloth, and cut and sewed their own dresses. It was a fine specimen of primitive Norwegian life completed in itself – of peaceful, quiet, self-sufficient prosperous industry”.

Este elogio à auto-suficiência e ao vigor do empreendimento privado, expresso na passagem acima, foi nomeado por Vianna como "O Tipo Particularista Atual" – título atribuído por ele ao trecho selecionado da obra de Froude. Numa passagem significativa do livro, em que Tourville traça a marcha de expansão dos primeiros povos particularistas – que, segundo o pensador francês, ter-se-iam originado na Escandinávia (Tourville, s/d, p. 1) – pela Europa, Oliveira Vianna glosa na margem: "Os nossos bandeirantes foram os que representaram mais ou menos igual papel entre nós". Neste sentido, Vianna parece não apenas atribuir positividade a uma vigorosa atividade privada, como também realiza derivações, no bojo de sua leitura, destas valorações para fenômenos da sociedade brasileira.

² Para uma avaliação geral da chamada Escola Sociológica de Le Play, conferir o trabalho de Kalaora e Savoye (1981), *Les Inventeurs Oubliés: Le Play et ses continuateurs aux origines des sciences sociales*.

Outros autores que igualmente admiravam a experiência social anglo-saxônica também caíram cedo em suas mãos. *Sélections Sociales*, de Vacher de Lapouge, por exemplo, teve sua leitura concluída, ao que parece, no dia 29 de dezembro de 1911. Já as *Notes sur l'Angleterre*, de Hypollite Taine, terminaram de ser lidas no dia 8 de junho do mesmo ano. Nas marcações deste livro de Taine, Oliveira Vianna expressa de tal modo sua admiração pela sociedade inglesa que, nas passagens em que o historiador francês faz críticas àquela sociedade ou descreve suas camadas subalternas, escreve reiteradamente na marginália: "não são saxões, são celtas".

Vê-se, pois, que Vianna estava imerso num conjunto de referências intelectuais que advogavam a superioridade política, social, racial e cultural dos povos anglo-saxões, e sua relação com este material era de explícita adesão a estas teses. Tal adesão se mostra claramente na seguinte passagem de um dos artigos publicados no *Vassourense*:

As conclusões de Lapouge, no campo da antropologia social, sobre o *homo europeus*, cuja área de dispersão se encontra nas regiões frias do Norte, e de que são representantes principais os anglo-saxões dos dois mundos, confirmam, neste ponto, rigorosamente, as conclusões de Demolins, de Tourville, de Rousiers, de Boutmy e Le Bon, no campo da sociologia e da história, e demonstram de maneira perfeitamente científica a sua superioridade sobre o *homo alpinus* e a sua variedade *homo contractus*, que é o tipo antropológico dos povos mediterrâneos (Vianna, 1912b).

Cabe-se perguntar, portanto: qual motivo teria levado Oliveira Vianna passar a adotar, em *Populações*, uma atitude "enigmática" (Werneck Vianna, 1993) em relação à cultura política anglo-saxônica e uma relação "instrumental" com estes autores (Carvalho, 2002)? Isto é, por que, a contrapelo de seus posicionamentos anteriores, o Autor passou a defender uma saída autoritária – isto é, baseada na idéia do Estado como princípio fundamental de coordenação societária – para os dilemas da sociedade brasileira? Veremos no final deste trabalho que, a despeito desta mudança de posição, clara e perceptível sobretudo nos últimos capítulos de *Populações*, a perspectiva anglo-saxã de encaminhamento não desaparece por completo do horizonte de Oliveira Vianna.

A análise da correspondência privada de Vianna corrobora a hipótese de que foi o seu contato com a obra de Alberto Torres que propiciou sua mudança de

posição. Segundo seu biógrafo, Vasconcelos Torres (1956), Oliveira Vianna tomara conhecimento dos escritos de Alberto Torres a partir de um artigo que este último havia publicado justamente no *Vassourense*, intitulado "Nacionalismo" e publicado na edição de outubro, novembro e dezembro de 1912. A partir da leitura deste artigo, Vianna enviou uma resenha sobre o mesmo para as colunas d'*O Paiz*, o que chamou a atenção de Alberto Torres. Este resolve, então, procurar pessoalmente Oliveira Vianna, começando uma relação pessoal que, ao que tudo indica, perdura até a morte do antigo presidente do Estado do Rio de Janeiro³.

Em carta enviada a Torres em 1913 – no ano seguinte, portanto, à publicação dos artigos "O neo-monroismo e a teoria antropológica de Lapouge", de Vianna, e "Nacionalismo", de Torres –, Vianna oferece-lhe um número d'*O Paiz* onde faz "uma rápida apreciação" da obra de seu interlocutor e lhe pede desculpas por "alguma infidelidade ao resumir as idéias de V. Ex.". Algumas linhas abaixo, já transparece uma grande admiração por parte de Vianna: "Creia, V. Ex. que, da minha obscuridade provinciana, acompanharei, com a maior simpatia e o maior entusiasmo, a predicação patriótica que V. Ex. está fazendo ao país com alto sentimento (...) e uma admirável inteligência das nossas coisas". Completa a carta sublinhando que, com as idéias de Torres, será possível "forçar os nossos políticos a pensarem com mais sinceridade na nossa pátria e a compreenderem mais lucidamente os nossos destinos".

No ano seguinte, em carta enviada por Vianna a 23 de abril de 1914, este já fala em "obra de conversão", parecendo indicar que, a partir desta data, realmente mudara de posicionamento político. O trecho é o seguinte:

Creia V. Ex. que para essa obra de conversão não poderia eu encontrar melhor guia e inspirador do que V. Ex., com a sua maravilhosa inteligência da alma humana, com a feição cordial e amável de sua filosofia, com um esse dever e infiltrante oportunismo, que ilumina, com um tão brando clarão, todos os ensaios e meditações de V. Ex.

Em outra carta, redigida no dia 27 de janeiro de 1915, Vianna agradece um cartão que lhe mandara Torres, "no qual, com muita generosidade", Torres pede para que Vianna "o auxilie na 'obra de tornar brasileiro este povo'". Esta passagem é

³ De acordo com as informações de Vasconcelos Torres (1956), a primeira conversa travada entre Oliveira Vianna e Alberto Torres demonstrava certo desconhecimento do primeiro em relação ao trabalho do último.

significativa, posto que revela uma postura nacionalista que não se encontrava em escritos anteriores de Vianna. Embora Vianna diga que não possa fazer uma análise dos "dois volumes da sua lavra recém-publicados⁴ (...) na imprensa periódica", dada a estreiteza das colunas de *O Paiz* para fazer a "crítica das múltiplas idéias e dos múltiplos problemas, que V. Ex. discute nestes livros", este não deixa de cumprir o pedido de Torres para a divulgação de seus argumentos:

De modo que o auxílio que V. Ex. espera de mim eu somente poderei dar, por agora, na sua mínima parte, e é, em todas as ocasiões que se me ofereçam, chamar a atenção do mundo político e intelectual sobre a obra admirável de V. Ex., para as lúcidas conclusões de caráter profundamente prático a que V. Ex. chega, em favor da nossa reorganização nacional.

Em carta seguinte, cuja data não está legível, Vianna concorda com o pedido de Alberto Torres para que o primeiro não divulgue, publicamente, suas divergências. Nas palavras de Vianna: "Essas pequenas divergências eu terei o cuidado de não de não declará-las, como V. Ex. me pede, aliás, dispensavelmente, porque já havia resolvido isto muito antes da carta de V. Ex.". E continua: "se as idéias de V. Ex. são as mais salutares para a nossa nacionalidade, como embaraçar-lhe a expansão com críticas restritivas, forçosamente mal compreendidas no seu alcance"? Na mesma carta, Oliveira Vianna se refere à proposta do *Poder Coordenador* nos seguintes termos: "Esta peça (...) que V. Ex. aponta à nossa máquina constitucional, é a mais perfeita e excelente do sistema, e eu hei de provar tudo isto, senão com os argumentos de V. Ex., ao menos com os meus argumentos". Isto significa que o antes agitador de idéias anti-estatistas passará a ser um dos mais fiéis colaboradores da proposta nacionalista e autoritária defendida por Alberto Torres.

Na resposta de Torres a esta carta, escrita em 1º de março de 1915, o mesmo agradece o empenho de Vianna e diz: "eu não posso senão contar, para êxito das idéias que tenho [para a] solução da crise da minha Pátria, com os que mostram compreender-me, sentindo comigo a dor deste país adolescente". Torres finda a carta com uma advertência e um elogio a Vianna: "Quero, porém, pedir-lhe uma coisa: meça as suas força e poupe-as. Este país precisa de gente: e o senhor tem um espírito de homem". Em outros termos, Alberto Torres vê em Vianna não

⁴ Tudo indica que se trata das obras "Organização Nacional" e "Problema Nacional Brasileiro", de

apenas um interlocutor privilegiado, mas um companheiro decisivo na batalha das idéias.

Percebe-se, a partir da análise da correspondência ativa e passiva de Oliveira Vianna em relação a Alberto Torres, que a obra deste último começa a exercer uma grande ascendência nas reflexões do primeiro. A proposta centralizadora e autoritária de Torres – cuja corporificação institucional mais acabada é o *Poder Coordenador*, uma espécie de reedição do Poder Moderador imperial em tempos republicanos – será reatualizada poucos anos mais tarde em *Populações*, mesmo que a partir de outros argumentos, como o próprio Vianna já havia adiantado em carta a Torres. Aliás, fora o próprio Alberto Torres quem incentivou Oliveira Vianna a escrever *Populações* (Torres, 1956)⁵.

Neste mesmo período, Oliveira Vianna escreveu n' *O Paiz* uma resenha de um estudo de Eugenio Egas sobre Diogo Feijó. Em tom elogioso, Vianna declara que Feijó “foi quem fundou, entre nós, o poder civil”, “quem estabeleceu em nossa pátria o prestígio da autoridade e da lei; quem deu à nacionalidade de todos nós a sua integração atual. Mais do que o patriarca andradino, devia ser ele o nosso herói fundador” (Vianna, 1914, s/p). O Autor reconhece inclusive ter reformulado alguns juízos, tidos como definitivos, sobre o período regencial após a leitura do estudo de Egas:

[...] vejo agora, por exemplo, que, ao contrário do que pensava, não foram os Andradas o centro de gravitação do paiz por esse tempo... Os Andrada eram a palavra e a inteligência; Feijó era o caráter e a ação, esmaga-os. Os Andradas representam, na nossa evolução política, o princípio da liberdade. Feijó é o símbolo da autoridade em nossa terra. Ele é quem organizou o triunfo definitivo do poder público sobre as tradições da anarquia colonial [...] Ele é quem assentou afinal, sobre bases permanentes, a unidade nacional.

Neste sentido, a passagem de um Oliveira Vianna crítico da tutela estatal e defensor da iniciativa privada – tal como se depreende do artigo “Democracia e solidariedade”, de 1910 – para um Vianna defensor da centralização estatal se processa ao longo da década de 1910. Contudo, esta mudança não deixa de se refletir na própria economia interna dos argumentos mobilizados pelo Autor em *Populações*, que carrega dentro de si tensionamentos e ambigüidades. Tal traço se

Alberto Torres.

torna ainda mais expressivo quando se atenta para o fato de que, em muitos trechos de sua obra de “estréia”, Vianna não apenas se demora de maneira efusiva no elogio da organização sócio-política dos povos anglo-saxões, bem como continua mobilizando seus autores diletos – Demolins, Tourville, Le Bon, Lapouge, Taine, etc. – na confecção da moldura conceitual de seu texto (cf. Carvalho, 2002; Hoelz, 2006).

Cumpre lembrar que esta rotação de perspectivas, operadas num curtíssimo espaço de tempo – tendo em vista que os primeiros capítulos de *Populações* aparecem em 1917 na *Revista do Brasil* – não constitui propriamente uma “idiossincrasia” por parte de Oliveira Vianna, já que o liberalismo se encontrava em refluxo não só no Brasil como em diversas partes do mundo. Contudo, podemos afirmar que, nesta “passagem” a uma orientação política de corte antiliberal, há especificidades que são úteis para se pensar, sobretudo se levamos em conta que *Populações* foi um livro chave na promoção e na rotinização de idéias autoritárias e centralizadoras ao longo da década seguinte (1920). A sua concepção de que o “insolidarismo” marcaria de alto a baixo a estrutura social brasileira – recordemos que em “Democracia e solidariedade” (1910) este diagnóstico não era aplicado a Minas, São Paulo e ao Rio Grande, ou seja, a generalização do mesmo foi uma operação posterior – tocou num ponto extremamente sensível para a cultura política antiliberal que se formou nos anos 1920-1930, justamente por desqualificar os “recursos” de solidariedade na tarefa de reorganizar o país. No entanto, a conexão entre o diagnóstico de “insolidarismo” e o prognóstico de centralização do poder e de autoritarismo, longe de ser uma operação lógica e necessária, visão presente tanto em algumas interpretações correntes e nas auto-interpretações elaboradas pelo Autor, é mais contingente e coexiste com outra, de menor evidência mas igualmente presente em *Populações*, que trataremos de expor a seguir.

Talvez a principal novidade, em termos cognitivos, trazida por *Populações* tenha sido a proposta de se pensar a dinâmica social e política brasileira através da maneira pela qual se organizou a grande lavoura no país, incluindo a sua extensão, o seu tipo de cultivo, o seu regime de propriedade. À simples identificação do problema básico, o “insolidarismo”, presente desde 1910 com o artigo “Democracia e solidariedade”, agrega-se um conjunto de hipóteses, sendo uma das principais a

⁵ Deve-se lembrar, todavia, que a influência de Alberto Torres não fora decisiva apenas para Oliveira Vianna, mas para toda uma geração de intelectuais (Sadek, 1978; Gomes, 1999; Botelho, 2005).

noção de que os grandes domínios teriam operado uma *função simplificadora* nas estruturas social, econômica e institucional do país, redundando na fragmentação dos recursos de solidariedade – estes não se alçariam além do nível local, privado, doméstico (clânico, em uma palavra)⁶. Num esboço de sociologia histórico-comparada, Oliveira Vianna pondera que, no mundo anglo-saxão, além da dimensão “racial” (presente em *Populações* mas ocupando um lugar explicativo subordinado à dimensão “social”), o êxito do *self-government*, isto é, a capacidade de se solidarizar para assuntos de interesse comum, estaria ligado de maneira estrita a uma estrutura social assentada na pequena propriedade, geradora de classes médias poderosas, a formas de culturas que, ao contrário da cana-de-açúcar, tornavam possível a rentabilidade em pequenos domínios. Assim, no plano de sua interpretação sociológica, o Autor contrastava a *função simplificadora* dos grandes domínios com a *função “complexificadora”* dos pequenos domínios, já que estes tornariam possíveis o surgimento de mercados, o assentamento de uma autoridade pública, o adensamento das formas de auto-organização, dentre outras dimensões. No pequeno domínio e no predomínio classes médias estaria o “segredo” da cultura política anglo-saxã. Contrastando as trajetórias históricas assumidas no contexto brasileiro e anglo-saxão, assinala:

Essa simplificação de estrutura da sociedade rural é acentuada por uma das falhas mais graves da nossa organização coletiva: a inexistência de uma classe média, no sentido europeu da expressão. É principalmente na pequena propriedade rural, florescente e progressiva, que essa classe tem a sua melhor base. Ora, várias causas, umas de natureza econômica, outras de natureza social e jurídica, embaraçaram aqui, de mil modos, durante todo o período da nossa evolução histórica, a constituição de uma classe próspera e ativa de pequenos proprietários rurais (Vianna, 1982, p. 142).

Dentre as causas de natureza econômica, Vianna põe em relevo o fato de que "o nosso pequeno lavrador não trabalha em certas culturas, que são o principal fundamento da prosperidade e da riqueza das classes médias européias", ou seja, "culturas que apresentam a dupla particularidade – a) de serem altamente rendosas em pequenos espaços; b) de não exigirem, como o café e a cana, complicados e dispendiosos aparelhos de beneficiamento" (Ibidem). Os tipos de cultura mais aptos,

⁶ Como sugere F. Weffort, esta vinculação do poder social à propriedade da terra foi uma "descoberta intelectual" de Oliveira Vianna que passou a "estabelecer uma premissa fundamental da sociologia brasileira" (Weffort, 2006: 263).

no entender do Autor, para desenvolver o regime de pequena propriedade, como o trigo e a vinha, não teriam frutificado no Brasil: "durante o período colonial, essas duas culturas, capazes de servir de base a uma classe média próspera, são, depois de uma exploração irregular, cedo abandonadas" (Ibidem).

Nesta direção, continua Vianna, "o nosso pequeno proprietário limita a sua atividade às culturas tropicais do milho, do feijão e da mandioca. Só da safra desses produtos pode ele auferir os lucros com que amealhe o seu pecúlio e assegure sua independência" (Idem, 1982, p. 143). Contudo, esta produção não tem condições de prosperar em virtude de uma questão essencial: a ausência de mercados. Enquanto que, "na Europa ou na América, os pequenos proprietários encontram facilidades de mercados, (...) os nossos núcleos urbanos do interior rural", por sua vez, "nada valem como mercados" (Ibidem). "Na América", continua Vianna, "(...) essas vilas e cidades não são núcleos urbanos enfezados e mesquinhos, como os nossos; são aglomerações numerosas, com intensa vida comercial e, principalmente, *ligadas por linhas férreas, capazes e rápidas, às grandes capitais*". Assim, "o pequeno cultivador americano tem, destarte, assegurada por uma clientela farta, a colocação dos seus produtos a preços remuneradores. Reserva, capitaliza, medra" (Ibidem). As cidades do interior brasileiro, em contraste, são habitadas

por uma população escassa e pobre, têm uma clientela restrita. Como praças comerciais, facilmente atingem a pletora, porque lhe faltam, em regra, escoadouros para os grandes centros consumidores da costa. Como é para eles que os pequenos proprietários e cultivadores carregam a totalidade das suas colheitas, é inevitável o excesso da oferta sobre a procura, a superabundância dos gêneros e, conseqüentemente, a queda dos preços (...). De modo que, vendidas as colheitas, o lucro dos pequenos cultivadores, ou é mesquinho, ou é nulo, ou é negativo. O que é certo é que não dá margem à capitalização. Dependentes por esta forma dos mercados vilarejos, da sua insignificância e mesquizez, os pequenos proprietários vivem num estado de asfixia periódica. E languescem dentro desse meio, assim compressivo e anemiante (Idem, 1982, pp. 143-144).

Assim, argumenta Vianna que, "enquanto os fazendeiros poderosos, os grandes proprietários territoriais (...) vêm crescer progressivamente os seus proventos, os pequenos proprietários (...) se conservam numa perpétua mediania, ou caem, pouco a pouco, na pobreza geral" (Idem, 1982, p. 144). O Autor também acentua mais dois fatores decisivos para a pouca importância da pequena propriedade na estrutura agrária brasileira: a cultura extensiva, "a única que os

nossos lavradores conhecem", que leva os pequenos domínios à "sua esterilidade organizada, [à] sua infertilização sistemática" (Ibidem); e o sistema de partilhas das terras, que, quebrando a pequena propriedade em "fragmentos imprestáveis", faz com que "os grandes proprietários acab[em] [a] adquirindo para "arredondar" as suas terras". Continua Vianna: "Esse regime legal só por si bastaria para obstar, no seio da nossa sociedade rural, toda a possibilidade de formação de uma classe de pequenos proprietários, próspera, independente, organizada" (Ibidem).

A partir destes argumentos, Oliveira Vianna conclui nestes termos:

Em nossa economia social, tudo trama, então, e conjura contra a pequena propriedade, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade, a sua preponderância. Dela o que até agora existe não tem valor social, nem valor histórico assinalável. São esboços apenas, mal vislumbráveis entre a espessa florescência dos grandes domínios (Idem, 1982, p. 145).

Esta atrofia da pequena propriedade teria sido deletéria para a educação cívica e para a capacidade de agência coletiva na sociedade brasileira. Como acrescenta Vianna, "só da vitalidade dos pequenos domínios, da multiplicidade deles, da solidariedade deles, resultaria a constituição, entre nós, de uma classe média, forte, abastada, independente, prestigiosa" (Ibidem). Esta classe média assentada na pequena propriedade, caso existisse, poderia "exercer, defronte da grande propriedade, a ação admirável dos *yomen* saxônios ou dos burgueses da Idade Média" (Ibidem), contrabalançando o poder dos latifundiários rurais. Aliás, Vianna recupera a famosa frase de Luiz Couty – "O Brasil não tem povo!" – a partir da constatação da inexistência de pequenos fazendeiros autônomos.

Neste sentido, o Autor coloca claramente que, caso a formação histórica brasileira tivesse favorecido a pequena propriedade, uma outra dinâmica social e política teria sido forjada. Num exercício contra-factual de pensamento, Vianna diz que o pequeno domínio impulsionaria a complexificação da sociedade e o adensamento dos interesses coletivos, atuando como uma força propriamente social e democrática – e não estatal e autoritária – no controle do poderio e dos "excessos" dos grandes proprietários rurais. É claro que tal prognóstico favorável à pequena propriedade teria como corolário fundamental o conflito e a revisão do estatuto do exclusivismo agrário. Contudo, o próprio Vianna esclarece, em outro capítulo fundamental de *Populações – "Instituições de Solidariedade Social"* –, que "a luta de

classes não só [é] uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais, como a melhor escola da sua educação cívica e da sua cultura política" (Idem, 1982, p. 165), o que ressalta uma avaliação positiva do conflito de interesses na construção da vida política.

Como é sabido, no entanto, esta forma de resolver os dilemas do "insolidarismo" no Brasil é abandonada por Oliveira Vianna já em *Populações*. Ao invés de buscar libertar, no seio da própria vida social, o *interesse bem-compreendido* – no sentido toquevilleano do termo – e impulsor de mudanças democráticas, ao estilo das sociedades anglo-saxãs que tanto admirava, Vianna propõe a ação pedagógica e autoritária de um Estado centralizador, capaz de refundar – pelo alto – a sociedade aqui historicamente forjada. Embora não retome a idéia de um *Poder Coordenador*, tal qual Alberto Torres, Vianna elogia demoradamente a obra unitária do Segundo Império e de seus "reacionários audazes" (Idem, 1982, p. 280). A tarefa de forjar, "*pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade, os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei*" (Idem, 1982, p. 279), pondera Vianna, seria "a solução racional, orgânica, essencialmente americana do problema da nossa organização política" (Ibidem). Assim, o Autor afasta a via "anglo-saxã" e democrática de reordenamento político em prol de uma via autoritária, supostamente singular e nacional⁷.

Entretanto, os artifícios retóricos e o "efeito textual" que a proposição de uma saída autoritária exerce nos últimos capítulos de *Populações* não eliminam as ambigüidades e os tensionamentos de sua escrita. O que ocorre é que a forma teleológica com que Oliveira Vianna apresenta a passagem de uma situação de "insolidariedade" para a consolidação de um Estado autoritário – isto é, a apresentação do prognóstico anti-democrático como uma etapa *necessária* para a reorganização do país – torna pouco visível a existência de outras possibilidades de encaminhamento político dos dilemas da sociedade brasileira.

*

⁷ Luiz Werneck Vianna também chama a atenção para esta *escolha* conservadora de Oliveira Vianna: "Oliveira Viana, em 1918, em *Populações Meridionais...*, entendeu isso melhor do que ninguém. A possibilidade de o *pensar* e o *agir* convergirem residia na questão agrária, na possibilidade de os intelectuais do liberalismo democrático e dos matutos do Centro-sul se encontrarem em torno de uma reforma agrária radical, idéia que lhe parecia extraordinariamente ameaçadora, porque traria consigo a revolução democrática e, com ela, uma fragmentação política em escala mais grave que a do

Ao reconstruir uma parte dos escritos, apontamentos e leituras empreendidas por Oliveira Vianna nas décadas de 1900 e 1910, percebemos que a sua reflexão realizou uma *passagem* claramente identificável entre uma postura mais liberal para outra de corte autoritária e centralizadora. Dito de outro modo, a influência de Alberto Torres, personagem chave para a rotação antiliberal na década de 1920 empreendida pelo pensamento brasileiro, não operou na obra de Vianna em um “vazio” cognitivo, mas interagiu de modo conflituoso com as idéias já formadas pelo Autor, redundando na fatura algo tensa e ambígua de sua obra de “estréia”. A obra de Alberto Torres, umas das primeiras aclimações do *Zeitgeist* antiliberal no Brasil, não representou para Vianna um *ponto de partida*, mas um *ponto de inflexão*. Se o refluxo do liberalismo foi um fenômeno amplo e que acarretou mudanças no clima ideológico em diversos países, o livro *Populações Meridionais do Brasil* pode ser visto como um caso revelador deste “trânsito”, posto que, através de uma leitura prospectiva de sua armação, podemos perceber que as marcas de uma visão de mundo anterior ainda se fazem presentes, tensionando sua escritura.

Referências bibliográficas:

BOTELHO, A. *O Brasil e os dias. Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

CARVALHO, J. M. "A utopia de Oliveira Vianna". In: BASTOS, E. R. & MORAES, J. Q. (Orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

_____. "As duas cabeças de Oliveira Vianna". In: AXT, G. & SCHÜLER, F. (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

COHN, G. O ecletismo bem temperado. In: M. A. D'Incao. (Org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987, v. , p. 48-53.

GOMES. A. C. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOELZ, M. Recepção e re-elaboração intelectual em *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Vianna. Anais da XXVIII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ, 2006.

período da Regência, importando o abandono e a perda da grande obra do pensamento do Império, que teria sido a de construir a unidade nacional" (Werneck Vianna, 2001: 38).

HOWES, R. W. Progressive conservatism in Brazil: Oliveira Viana, Roberto Simonsen and the social legislation of the Vargas regime, 1930-1945. Cambridge: Univ. Library Cambridge, 1975.

KALAORA, B. & SAVOYE, A. *Les inventeurs oubliés: Le Play et ses continuateurs aux origines des sciences sociales*. Seyssel, FR: Champ Vallon, 1989.

SADEK, M. T. A. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana* (estudo sobre o pensamento político de Octávio de Faria). São Paulo: Símbolo, 1978.

TOURVILLE, H. *Histoire de la formation particulariste: l'origine des grands peuples actuels*. Paris: s/d.

VASCONCELOS TORRES, J. B. *Oliveira Vianna: sua vida e posição e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

VIANNA, F. J. O. Instituto Geographico e Historico Fluminense. *O Fluminense*. 27/11/1909.

_____. Polycultura regional. *O Estado*. ?/?/ 1909

_____. A América em Haya. *A Capital*. ?/?/ 1909

_____. Democracia e solidariedade (Estado do Rio). *Revista Vassourense*. ?/?/1910

_____. O neo-monroismo e a theoria anthropologica de Lapouge I. *Revista Vasosurense*. 1912, n. 22, ano XXXI.

_____. O neo-monroismo e a theoria anthropologica de Lapouge II. *Revista Vasosurense*. 1912, n. 23 e n. 24, ano XXXI.

_____. Diogo Feijó: o homem e o político. *O Paiz*. 14/06/1914.

WEFFORT, F. C. *Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

WERNECK VIANNA, L. J. O pensar e o agir. Lua Nova, nº. 54, São Paulo, 2001.

_____. "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". In: BASTOS, E. R. & MORAES, J. Q. (Orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.